

Taxa de homicídios e Segregação Socioespacial na área conurbada da Região Metropolitana de Maringá/Paraná/Brasil¹

Avanço de investigação em curso

GT 24- Violência, democracia y seguridad. Defensa y promoción de derechos

Fernanda Martins Valotta
Wesley Ferreira de Souza

RESUMO

A violência urbana é um fenômeno que, a partir da década de 1980, vem se constituindo como um grave problema social. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde, no ano de 2000 morreram no mundo, 1 milhão e 600 mil vítimas de violência. Essa pesquisa trata desta importante temática e tem como foco específico as ocorrências de homicídios. Os municípios de Maringá, Sarandi e Paçandu (PR) se constituem nos territórios estudados por apresentarem as maiores taxas de homicídios dentre os que integram essa metropolização. A pesquisa identificará as relações que este fenômeno apresenta com as características socioespaciais do território onde os homicídios ocorrem e os locais onde residem as vítimas. Utilizaremos o cruzamento da Tipologia Socioespacial e a Regressão Linear Multivariada.

Palavras-chaves: Homicídios. Tipologia Socioespacial. Área conurbada da Região Metropolitana de Maringá.

Corpo do Texto

Este artigo está dividido em três partes, sendo que a primeira nos traz um panorama geral sobre aspectos concernentes a definição da violência no Brasil. O segundo apresenta ao leitor dados sobre homicídios no país e ainda na região de estudo dessa pesquisa, ou seja, Maringá, Sarandi e Paçandu (BR). E, por fim o resultado do cruzamento entre a Tipologia Socioespacial e a Regressão Linear Multivariada que nos possibilitou traçar um paralelo entre as taxas de homicídios e as características sociais e econômicas dos territórios

Ao longo dos últimos anos o fenômeno da violência e, em especial, da violência urbana, se incorporou aos temas tratados na academia e vem sendo constantemente debatido e analisado pelas diversas áreas do conhecimento, pois se constitui numa das questões sociais mais preocupantes da atualidade. Os resultados das pesquisas e estudos subsidiam e fomentam políticas públicas capazes de reduzir os impactos desse fenômeno na sociedade. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a violência é caracterizada como:

O uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2002 apud SOUZA, 2006, p.39)

¹ Esse projeto de pesquisa integra as atividades do Termo de Referência (TR) “Organização Social do Território e Criminalidade Violenta”, dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT/CNPq). Está vinculada ao Núcleo de Estudos de Violência do Observatório das Metrôpoles – Região Metropolitana de Maringá - UEM

Vários estudos indicam que o fenômeno da violência urbana vem aumentando nos últimos anos, em especial, a partir da década de 1980². Esse fenômeno é considerado como multifacetado ao passo que apresenta várias modalidades, entre elas citamos: crimes, sequestros, latrocínios, estupro, homicídios, crime contra o patrimônio entre outros. A modalidade de violência pesquisada nesse trabalho se refere aos homicídios³ e ao território conformado pela área conurbada da Região Metropolitana de Maringá no interior do Paraná (BR). Tomamos como pressuposto que essa categoria é um indicador e, ainda mais uma expressão objetiva da violência urbana, pois “a morte revela, *per se*, a violência levada a seu grau extremo” (WAISELFISZ, 2011).

O aumento das ocorrências de homicídios nas últimas décadas tem ganhado grande repercussão no cenário nacional, pois apresenta cifras significativas, por exemplo, no Brasil, no ano de 2010 morreram 49.932 pessoas vítimas de homicídios⁴. Em 2000 havia morrido 1 milhão e 600 mil pessoas no mundo (OMS, 2002)⁵ vítimas de alguma modalidade de violência e desse total, 560 mil (35%) dos casos estavam relacionados a prática de homicídios. Ainda com base nos dados da OMS (2002) os homicídios atingem, em sua maioria, homens especialmente com idade entre 15 e 29 anos.

Essa pesquisa visa compor o conjunto de estudos⁶ que busca identificar possíveis relações entre a organização e o perfil social do território e as ocorrências de homicídios nele concentrado, pressupondo que as áreas populares e operárias - onde residem moradores ocupados em atividade de baixa qualificação e baixos salários – também são os locais em que a concentração de vítimas de homicídios é mais elevada. De acordo com a OMS (2002) do montante de 560 mil vítimas de homicídios as taxas se concentraram de maneira mais acentuada em países que apresentam rendas consideradas baixas. Assim, em 2000 o “índice de mortes violentas em países de renda baixa à média foi de 32,1 para cada 100 mil habitantes, mais do que o dobro do índice em países de alta renda 14,4 para cada 100 mil” (OMS, 2002, p.10). Ou seja, o estudo indica que, de fato, as maiores taxas de homicídios são localizadas em territórios segregados que acumulam, também, precárias condições de vida. Sobre a classificação das taxas de homicídios seguimos, nesse trabalho, os critérios definidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS): taxa considerada baixa - varia de 0,42 até 8,02; taxa considerada média - baixa - varia de 8,02 até 15,95; taxa considerada média - alta: varia de 15,95 até 32,42; taxa considerada alta- varia de 32,42 até 107,48. Essa taxa é calculada e apresentada para cada 100 mil habitantes. No ano de 2000 a OMS estimou que a taxa mundial de homicídios girava em torno de 8,8 por 100 mil habitantes⁷. Sempre que nos remetermos à classificação das taxas de homicídios na área conurbada da Região Metropolitana de Maringá tomaremos como referência a classificação estabelecida pela Organização Mundial da Saúde - OMS.

Além do fato dos homens serem as principais vítimas de homicídios, pode-se dizer que as características espaciais associadas à maneira como os territórios estão organizados, também definem

² (WAISELFISZ, 2011; RODRIGUES E ROMANO, 2010; ANDRADE, 2008, 2010; ADORNO, 2002, 2005; ABRAMOVAY, 2003, SOUZA, 2006).

³ De acordo com as definições extraídas do Código Penal entende-se por homicídio doloso quando há intenção de matar. Informações extraídas do Código Penal artigo 121 – Título I Dos Crimes contra a Pessoa- Capítulo I Dos Crimes Contra a Vida. Disponível in “Código Penal, Constituição Federal, Legislação Penal/ obra coletiva de autoria da Editora Revista dos Tribunais. – 17. ed. Ver., ampl. e atual. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. – (TR Códigos).

⁴ Informação extraída do relatório Análise da Mortalidade por homicídios no Brasil disponível no site do Ministério da Saúde. Disponível em: <www.datasus.gov.br>. Acesso em: 12 de janeiro de 2012.

⁵ World report on violence and health (Relatório Mundial sobre violência e saúde). Editado por Etienne G. Krug (et. al.).

⁶ Em especial as realizadas por pesquisadores que compõem a Rede Nacional Observatório das Metrôpoles, tais como: RODRIGUES (2010), ANDRADE e ARAÚJO (2009), ROMANO (2011).

⁷ Disponível in Organização Mundial de Saúde, *World Report on Violence and Health* (2002), p. 10 apud Conselho de direitos Humanos 11ª Sessão 3º Item da Agenda “Promoção e proteção de todos os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais incluindo o direito ao desenvolvimento”. Relator: Dr. Philip Alston apud SOUZA, 2001, p.40.

maior ou menor incidência de homicídios. As regiões do Brasil apresentam taxas muito diferentes. A região sudeste, por exemplo, composta por São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, contabilizou no ano 2000, aproximadamente 60% dos homicídios do país (DATASUS, 2000)⁸. Desse total, 70% são de homicídios que tiveram a arma de fogo como meio empregado (ONG Viva Rio, 2004 apud SOUZA, 2006, p. 39). Esse meio perpetrado nas ocorrências de homicídios é o modelo mais utilizado em todas as regiões do país, com 70 a 80% dos casos. Nos municípios de Sarandi, Paçandu e Maringá 74%, 77% e 87%, respectivamente, utilizaram arma de fogo na prática de homicídio, não se distanciando muito em relação à média nacional.

Uma recente pesquisa sobre a taxa de homicídios na Região Metropolitana de Maringá especificamente entre os anos de 1998 a 2007, (RODRIGUES; ROMANO, 2010) mostra que no período pesquisado ocorreu um aumento de aproximadamente 54% no total das ocorrências. Foram 57 casos no ano de 1998 e 105 ocorrências em 2007, totalizando, dessa forma, 564 casos nos dez anos abrangidos pelo estudo.

Esse fenômeno de crescimento da taxa de homicídios na região de Maringá se insere no processo de disseminação da violência, que alcança localidades outrora consideradas seguras. As explicações estão associadas à dinâmica de crescimento econômico que o interior do país experimentou desde a década de 1970, o que ocasionou à constituição de processos de metropolização que, por sua vez, produziram espaços altamente hierarquizados e segregados, caracterizados por altas taxas de homicídios (WASELFISZ, 2011). Observa-se que isso se inclui no processo que formata as metrópoles brasileiras, “marcadas pelo aumento da pobreza, da violência, das formas precárias de habitação” (ALVES, 2011, p.109).

Esse processo de metropolização que pode ser o indutor, dentre outras coisas, da violência urbana nessas áreas, também se reproduziu sob as mesmas bases na Região Metropolitana de Maringá. É importante ressaltar que essa região foi forjada desde o nascedouro, na década de 1940, por meio de processos de segregação socioespacial com reprodução das desigualdades sociais e econômicas, engendradas pelo modelo de expansão da cidade polo que afastou os moradores de baixas rendas para as cidades do seu entorno, especialmente o entorno próximo. Esses territórios, a saber, Maringá, Sarandi e Paçandu se constituem nos municípios de análise dessa pesquisa, pois apresentam um processo de conurbação formando uma única mancha urbana com o polo metropolitano e ainda é responsável pela concentração de 90% dos casos de homicídios nessa metropolização (RODRIGUES, 2004). Para tanto, foram analisados os registros de homicídios ocorridos entre o período de 2007 até 2011.

Durante o período pesquisado pudemos observar o seguinte retrato dos homicídios, foram computados 392 registros de homicídios entre 2007 e 2011. Do total de homicídios analisados, a maior taxa se concentra no município de Sarandi, localizado ao entorno próximo ao polo, conforme dados contidos na tabela a seguir (tabela 1):

⁸ Para falar em homicídio, o principal banco de dados no Brasil é o Sistema de Informação do Sistema Único de Saúde – DATASUS que apresenta as informações de “morte por causas externas”, donde se extraem as informações de homicídios. Disponível em: <www.datasus.gov.br>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2011.

Tabela 1: Total e Taxa* de homicídios nos municípios de Maringá (PR), Sarandi (PR) e Paiçandu (PR) no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011.

	2007		2008		2009		2010		2011	
Município	Total	Taxa	Total	Taxa	Total	Taxa	Total	Taxa	Total	Taxa
Mgá	43	13,2	38	11,4	43	12,8	38	10,9	54	14,9
Sdi	21	26,3	22	26,3	20	23,6	35	42,2	51	60,9
Pçdu	6	17,3	5	13,7	5	13,5	7	19,4	4	11,0

Fonte: Boletins de Ocorrência das unidades locais de Delegacias de Polícia Civil dos municípios de Maringá (PR) e Sarandi (PR) e do Destacamento da Polícia Militar do município de Paiçandu (PR). Taxa calculada pela autora tendo em vista os critérios definidos pela Organização Mundial da Saúde. Foi utilizada para o cálculo da taxa de homicídios a estimativa populacional do IBGE para os anos de 2007, 2008, 2009 e 2011. Para o ano de 2010, o dado populacional do Censo Demográfico – IBGE. *Taxa por cada 100 mil habitantes.

Os municípios pesquisados apresentaram taxas de homicídios muito diferentes entre si. O polo metropolitano apresentou nos anos de 2007 e 2008 taxas que poderiam ser consideradas, de acordo com a classificação da OMS, como “média baixa”. Nos anos de 2008 e 2010 há uma redução significativa passando de 11,4 para 10,9/100 mil, respectivamente. No ano de 2011 a taxa volta a apresentar crescimento, saltando para 14,9. Logo, a taxa média contabilizada pelo município durante o período pesquisado foi de 12,6 homicídios para cada 100 mil habitantes. Por outro lado, em Paiçandu os índices tiveram uma queda significativa no ano de 2011, Sarandi apresentou um acentuado crescimento nos anos de 2010 e 2011, ocupando lugar de destaque no panorama local das ocorrências de homicídios.

A pesquisa aos boletins de ocorrências (B.O) nos revelou que o sexo das vítimas, nas municipalidades pesquisadas, está um pouco acima do padrão nacional, que registra cerca de 80% das vítimas de homicídios sendo do sexo masculino. Isso significa que, também nestas espacialidades, os homens foram as principais vítimas dessa modalidade de violência, assim como os apontamentos realizados por Adorno (2005) e ainda pela OMS (2002). Os dados oscilaram entre 85,2% em Paiçandu, 87% em Maringá e 91,78% em Sarandi (tabela 02). Mesmo com a grande percepção social da violência e de que esse fenômeno possa se estender a todos os cidadãos, o que está em curso, de fato, é que ela não atinge na sociedade os indivíduos de maneira eventual. Alguns grupos apresentam riscos muito superiores ao dos outros, como é o caso das vítimas serem preferencialmente do sexo masculino (CANO; RIBEIRO, 2007). Esse padrão ocorre em todas as regiões do Brasil e destacamos que assume as mesmas características na área conurbada da Região Metropolitana de Maringá (tabela 02):

Tabela 02: Sexo das vítimas de homicídios nos municípios de Maringá, Sarandi e Paiçandu no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011.

Município	% de vítimas do sexo masculino	% de vítimas do sexo feminino
Maringá	87,04	12,5
Sarandi	91,78	8,22
Paiçandu	85,20	14,81

Fonte: Boletins de Ocorrência das unidades locais de Delegacias de Polícia Civil e Militar dos municípios de Maringá, Sarandi e Paiçandu.

Em relação ao meio utilizado nas ocorrências de homicídios com arma de fogo no Brasil⁹, estima-se que foi perpetrado esse meio em torno de 70 a 80% dos casos. Nos municípios que compõem o território pesquisado esse números representaram em Maringá 71,3%, Paiçandu 77,8% e Sarandi 74%. O decorrer da pesquisa frente aos BO'S Boletim de Ocorrências da Polícia nos permitiu identificar algumas peculiaridades nos homicídios pesquisados. Pois no município de Sarandi, se concentra as maiores taxas de homicídios dentre os pesquisados, ou seja, apresenta uma taxa no ano de 2011 de 60,9 homicídios/100mil habitantes. Já no município de Paiçandu o dado que mais se destaca se refere ao confronto entre policiais, sendo que em 2009 - 45% do total das ocorrências, isto é, houve 04 mortes oriundas de confronto direto entre policiais e 05 ocorrências registradas como homicídios. No polo metropolitano, muito embora se tenha uma taxa relativamente baixa quando comparadas com Sarandi, observamos a existência de registros de homicídios em idosos¹⁰ (05 registros) e em crianças (01 criança). As ocorrências de homicídios nesses dois grupos são consideradas uma especificidade do município de Maringá, haja vista que em Sarandi e Paiçandu não houve nenhum registro de ocorrência que acometesse vítimas nessa faixa etária durante o período pesquisado.

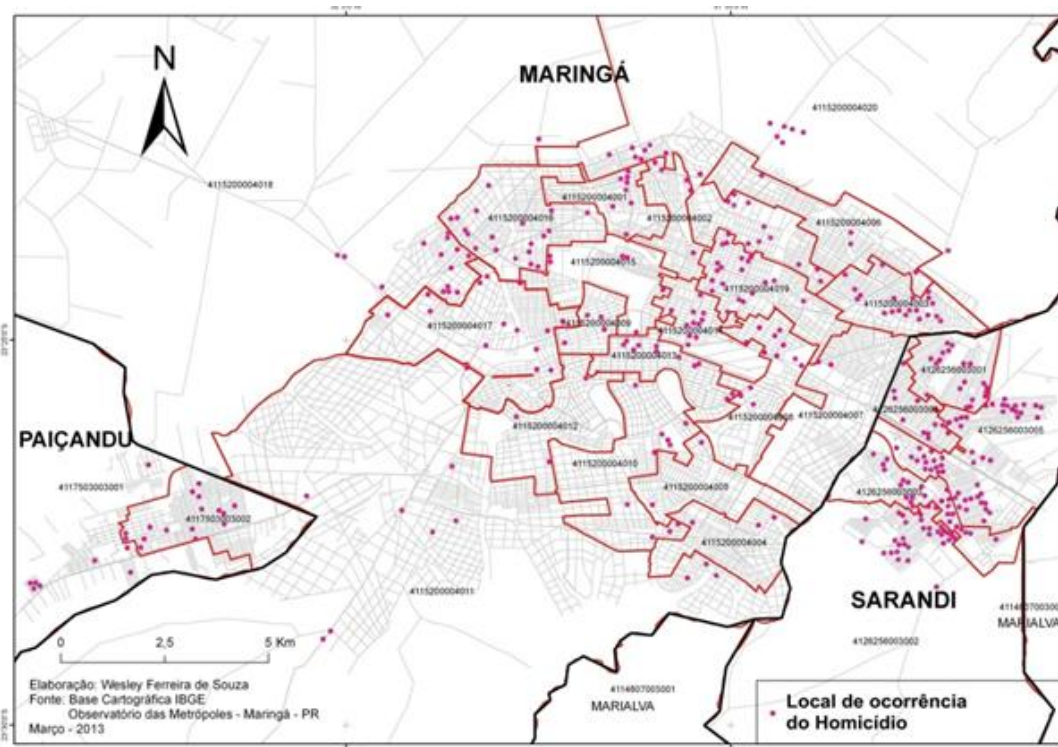
A relação entre a taxa de homicídios, a Tipologia Socioespacial, a renda e o nível de instrução nos municípios e Maringá (Pr), Sarandi (Pr) E Paiçandu (Pr).

Apresentaremos neste item, o mapeamento do local de ocorrência dos homicídios e do local de moradia da vítima, para cada um dos 05 anos analisados, nos municípios de Sarandi e Maringá. Também se apresentam os resultados do cruzamento realizado entre a taxa de homicídios, tipologia socioespacial, nível de instrução e renda por meio do processo de regressão linear multivariada. Essa etapa da pesquisa se utilizou das ferramentas de georreferenciamento localizando as variáveis no lugar de moradia da vítima e de ocorrência do homicídio, o que nos possibilitou distribuir espacialmente os homicídios no território dos três municípios pesquisados. Os mapas foram elaborados pelo núcleo de Geoprocessamento do Observatório das Metrôpoles da Universidade Estadual de Maringá. Para tanto, foram utilizadas as bases digitalizadas do próprio Observatório e do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ambas foram processadas em um software de Geoprocessamento denominado ArcGIS 9. Contudo, demonstraremos apenas o mapa que se refere ao local de ocorrência dos homicídios ocorridos no período que essa pesquisa contemplou em Maringá, Sarandi e Paiçandu.

Mapa 01: Local das ocorrências de homicídios ocorridos em Maringá, Sarandi e Paiçandu-PR nos anos de 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.

⁹ Há no Brasil, desde o ano de 2003, um Estatuto do Desarmamento – Lei nº 10.836 de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição.

¹⁰ De acordo com informações contidas no Estatuto do Idoso – Lei 10.741, de 1 de outubro de 2003, é considerada idosa as pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos.



Fonte: Boletins de Ocorrência (BO's) das Delegacias de Polícia Civil de Sarandi e Maringá e do Destacamento da Polícia Militar de Paçandu.

Elaboração: Observatório das Metrópoles, Núcleo Maringá – UEM, 2013.

Ao analisarmos o mapa geral (mapa 01) que se refere aos registros das ocorrências de homicídios para Sarandi, Paçandu e Maringá no período todo pesquisado, podemos inferir no sentido que os homicídios estão espacialmente localizados nas regiões consideradas periféricas dos três municípios. Contudo, entre as peculiaridades encontradas no município de Sarandi notamos que na APOND¹¹ Jardim Monterey, Condomínios – Sul, estão localizadas as mais baixas rendas, os menores níveis de instrução e a maior taxa de homicídio.

Dessa forma, temos nesta Área de Ponderação, 52% dos responsáveis pelos domicílios sem instrução ou com ensino fundamental incompleto. Sendo que apenas 1,6% dos responsáveis tem curso superior completo. No que se refere a renda dos responsáveis, 31,8% não possuem renda e 23% possuem uma renda de até R\$ 510,00. Na APOND do Jardim Universal- Norte e Centro que por sua vez, é a área mais central, há 47,6% dos responsáveis sem instrução ou com ensino fundamental incompleto e ensino superior, apenas 3,7% dos responsáveis completaram essa etapa da educação. No

¹¹ Área de Ponderação é uma territorialização construída pelo IBGE resultante da agregação de setores censitários com alto grau de homogeneidade e se constituem em áreas suficientemente consistentes do ponto de vista metodológico, o que é garantido pela adoção dos seguintes critérios: a) o maior nível geográfico utilizado é o município. Isto significa que uma área de ponderação é composta por setores censitários contíguos dentro de um único município, podendo ser o próprio município; b) é formada pela associação de, no mínimo 400 domicílios particulares ocupados; c) em alguns municípios, as áreas de ponderação foram definidas automaticamente considerando suas divisões administrativas distritais; d) para os municípios com mais de 190 mil habitantes, as áreas de ponderações foram definidas em conjunto com o IBGE. Nesses municípios, também foram considerados os critérios de tamanho mínimo e de contiguidade do conjunto de setores para a definição das áreas de ponderação. Informações extraídas do Censo Demográfico 2010 Resultados Preliminares da Amostra. Rio de Janeiro 2011. Disponível no site: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares_amostra/notas_resultados_preliminares_a_mostra.pdf. Acesso dia 01 de novembro de 2013.

aspecto renda os números apresentados são considerados alarmantes, pois 31,4% não possuem renda. Enquanto que 19,6% possuem uma renda de até R\$ 510,00. Mesmo o município de Sarandi estando desagregado em 05 APOND's, podemos dizer que de acordo com alguns dados apresentados, não há grandes oscilações de renda e nível de instrução entre elas (IBGE, 2010), sendo todos baixos. O mesmo é refletido em relação à tipologia socioespacial, e, à vista disso, o território sarandiense é composto de apenas 02 tipos, sendo chamados Tipo Operário Popular e Tipo Operário, com características em que predominam moradores ocupados em atividades secundárias e terciárias, ambas não especializadas.

No polo metropolitano, as regiões onde mais ocorrem homicídios estão localizadas na parte norte do município, região considerada o vetor de crescimento residencial, diferentemente de Sarandi, por exemplo, que apresentou uma distribuição espacial dos homicídios nas regiões compreendidas pelo sul e norte, conforme informações extraídas no mapa a seguir (mapa 01).

A correlação entre as características do território e as taxas de homicídios nos municípios pesquisados.

Como anunciado anteriormente, realizaremos a correlação entre a taxa de homicídios somados para o período de 2007 a 2011, que consiste na variável dependente e as variáveis independentes, a Tipologia Sócio-Ocupacional, a renda e o nível de instrução do responsável pelo domicílio, desagregada por Área de Ponderação dos três municípios analisados nesta dissertação. Para isso é importante apresentar inicialmente uma explicação metodológica sobre as características e composição da Tipologia Sócio-Ocupacional, metodologia desenvolvida pelo Observatório das Metrôpoles (IPPUR/UFRJ/INCT/CNPq). Segundo Ribeiro (2003), a Tipologia Sócio-Ocupacional

...propicia, simultaneamente, a construção de uma representação sintética da divisão social da população e de espaços residenciais e indícios empíricos sobre a sua relação com alguns processos de diferenciação social, segmentação e de segregação existentes da sociedade (RIBEIRO, 2003, p. 14).

Para melhor entendimento da tipologia é necessário antes realizar uma apresentação das Categorias Sócio-Ocupacionais - CAT's¹² que deram origem à Tipologia Sócio-Ocupacional que, são, juntamente com as unidades territoriais de análise, as Áreas de Ponderação - APOND's, os elementos de caracterização da tipologia socioespacial dessa região, ou seja, da estrutura social que o território analisado apresenta. Segundo Rodrigues (2004), a organização das categorias é embasada na atividade produtiva ou na ocupação do morador, nos diferentes tipos de trabalho exercidos. Para esta abordagem a categoria *trabalho* é tida como fator que estrutura a sociedade como um todo, ou seja, é central para a organização da sociedade. Além do *trabalho*, se considera também como elementos para a formação das categorias os fatores relacionados ao prestígio, o poder exercido pelo indivíduo e a renda (todos os elementos vinculados ao lugar que o sujeito ocupa nesse mundo do trabalho). Estes são “o que efetivamente confere uma posição na hierarquia social” (RODRIGUES, 2004, p. 189). Preponderantemente observa-se como variável fundamental para o desenvolvimento deste método a utilização da *ocupação*, termo usado para a definição dos tipos de trabalho exercidos pela população na semana que antecede as pesquisas censitárias do IBGE.

As Categorias Sócio-Ocupacionais - CAT's são resultantes do processo até aqui descrito, resumido na sequência e apresentadas no quadro abaixo (quadro 06):

¹²Essa metodologia foi organizada, no Brasil, para o desenvolvimento do Projeto FINEP/PRONEX “Metrôpoles, Desigualdades Socioespaciais e governança urbana: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte”, sob coordenação de Luiz César de Queiroz Ribeiro (IPPUR, UFRJ). (RODRIGUES, 2004, p. 189)

Essa metodologia pressupõe a utilização da variável ocupação (de acordo com definição atribuída pelo IBGE) como o eixo principal para a análise da organização social do espaço, neste caso, maringense. Isto é, a partir da atividade de trabalho exercida, com a qual o chefe de família provê a subsistência dela, será construída uma hierarquização social das ocupações, através da qual seja possível uma identificação e abordagem da estrutura social (RODRIGUES, 2004, p. 190).

Após analisarmos alguns aspectos que são determinantes na constituição dos 05 Tipos identificados na área conurbada da Região Metropolitana de Maringá, passaremos a fazer a leitura dos resultados da Regressão Linear Multivariada que foi adotada como método para a construção do nosso modelo estatístico. Esta escolha foi feita, pois, esse recurso possibilita a construção de modelos que consideram a correlação entre as medidas tomadas na mesma ou em distintas unidades amostrais (NOGUEIRA, 2007). Nesse caso, utilizaremos como variável dependente a taxa de homicídios resultante da somatória dos 05 anos que essa pesquisa contempla desagregadas por APOND, e como variáveis independentes, a Tipologia Sócio-Ocupacional, Renda Domiciliar e Nível de Instrução. As informações contidas na tabela a seguir se referem ao resultado final da análise realizada (tabela 3).

Tabela 3: Regressão Multivariada - Taxa de homicídios x Nível de Instrução, Renda e a Tipologia Sócio Ocupacional

	B	Sig.	Beta
(Constant)	6,139	0,000	
Nível de instrução	-,032	,000	-,047
Renda Domiciliar	-,030	,000	-,033
Tipologia Ocupacional	Sócio -,313	0,000	-,476

a. Variável Dependente: Taxa de Homicídios

b. $R^2 = 0,255$

c. $F = 52813,284, sig. < 0,001$.

O R^2 nos informa que o Modelo de Regressão Multivariada, composto pelas variáveis: renda, nível de instrução e a tipologia sócio-ocupacional exposto na tabela acima (tabela 3) explica 25,5% da variação das taxas de homicídios nos municípios de Maringá, Paiçandu e Sarandi. A razão F apresentou grau significativo, já que $p < 0,001$. A partir do resultado obtido para F , podemos afirmar que há uma probabilidade menor que 0,1% que um valor de F tão alto tenha ocorrido por acaso. Desta forma, pode-se inferir que o modelo prevê substancialmente parte da incidência de homicídios, haja vista que a margem de erro que pode ocorrer para esta pesquisa é de 01 chance em 1000. A tabela ainda apresenta os resultados das estimativas de contribuição individual das variáveis independentes, sendo expressas nos valores de B . Os valores de B nos informam sobre a relação estabelecida entre as taxas de homicídios, o nível de instrução, a renda domiciliar e a tipologia.

As taxas de homicídios foram calculadas tendo em vista a unidade territorial APOND para os três municípios pesquisados, sendo que, a taxa é elaborada para o período que compreende os anos de 2007 até 2011. É possível observar que as três variáveis independentes apresentam associação negativa com as taxas de homicídios, isso significa que quanto menor a renda, o nível de instrução e o Tipo Sócio-Ocupacional maior será a taxa de homicídios. Essas, por sua vez, demonstram um nível de

significância menor que 0,1%, o que nos permite rejeitar a hipótese nula para a realização de conclusões estatisticamente seguras¹³.

Ao analisar os resultados apresentados se observa que, quanto ao nível de instrução, o valor de *B* indica que se a escolaridade aumentar em um nível¹⁴, a taxa de homicídios irá decrescer em 3,2%. No que se refere à renda domiciliar, se dá o mesmo processo¹⁵, ou seja, a elevação em 1% da renda domiciliar diminui em 3% a taxa de homicídio. O cruzamento da variável dependente com a Tipologia Sócio-Ocupacional também demonstrou associação negativa, ou seja, a cada elevação na escala da tipologia¹⁶, a taxa de homicídio diminui em 31,3%, o que explicita uma forte correlação entre as características sociais do território e a ocorrência de homicídios.

Estes resultados encontrados evidenciam os nossos pressupostos apresentados, especialmente em relação à segregação socioespacial e ao estreito vínculo desta com o aumento dos registros de homicídios, reforçando os estudos que vêm demonstrando esta relação.

Considerações Finais

Mesmo sendo este um campo de estudos relativamente recente, as análises que vinculam a violência urbana, em especial os homicídios à maneira como os territórios estão organizados social e economicamente, vêm ganhando força nos ambientes acadêmicos numa tentativa de desmistificar a ideia de que violência e pobreza estão diretamente atreladas. Contudo, podemos afirmar que se trata de um fenômeno urbano que perpassa os diversos grupos sociais e os limites territoriais. Embora, notamos que as principais vítimas da modalidade de homicídios são homens com idade entre 18 a 29 anos.

Com a pesquisa pudemos comprovar que vários são os esforços e tentativas de explicar os diversos fatores que influenciam os altos índices de violência, a fim de implementar e direcionar ações capazes de reduzir os impactos desse fenômeno na sociedade atual. As ações são voltadas para que a garantia dos direitos sociais básicos, em especial o direito a segurança, expresso na Constituição da República Federativa do Brasil¹⁷, sejam realmente efetivados, haja vista que para um grande contingente de moradores o acesso a esses direitos, considerados fundamentais, estão sendo constantemente negligenciados pelo poder público nas mais diferentes esferas.

Alguns dados levantados chamam a atenção nessa pesquisa, como as altas taxas de homicídios ocorridos em Sarandi, a quantidade expressiva de registros de confronto entre policiais em Paçandu e, ainda, o número de homicídios contra idosos no polo metropolitano, indicando a real necessidade de ações específicas voltadas para a redução desses problemas.

Como verificamos, as ocorrências dos homicídios estão atreladas com as características socioeconômicas do território, isso pode ser confirmado por meio da correlação estabelecida,

¹³Devido à diferença de mensuração entre as variáveis quantitativas, renda e taxa de homicídios, foi aplicado o “LN()”, função para o “Logaritmo Neperiano” existente no SPSS que transforma os valores de variáveis quantitativas em taxas comparáveis, permitindo assim a interpretação dos resultados obtidos em porcentagem.

¹⁴ Para esse trabalho adotamos a variável nível de instrução foi dividida em 04 níveis, são eles: Sem instrução e fundamental incompleto; Fundamental completo e médio incompleto; Médio completo e superior incompleto; Superior completo.

¹⁵ Observa-se que para esse trabalho a variável renda (domiciliar) foi dividida nos seguintes níveis: sem renda, de R\$1,00 até R\$510,00, de R\$511,00 até R\$1.020,00, de R\$1.021,00 até R\$1.530,00, R\$1.531,00 até R\$2.550,00, de R\$ 2.551,00 até R\$5.100,00, de R\$ 5.101,00 até R\$ 10.200,00 e, por fim renda superior a R\$ 10.201,00;

¹⁶ Nessa pesquisa ressaltamos que, para os três municípios pesquisados foram definidos 05 tipos Sócio-Ocupacionais, como se observou anteriormente: Popular agrícola médio; Operário popular médio; Popular; Médio superior; Superior.

¹⁷Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde o trabalho, a moradia, o lazer, à segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados na forma desta constituição.

principalmente entre a Tipologia Sócio-Ocupacional e as taxas de homicídio. Essa acabou por revelar que a partir da hierarquia definida pelos tipos sócio-ocupacionais, a cada elevação entre os tipos, há uma redução em 31,3% da taxa de homicídio nos territórios analisados.

A correlação realizada entre a taxa de homicídio, o nível de instrução e a renda domiciliar também indicou, mesmo que com menor expressividade, que essas duas variáveis influenciam de maneira negativa as ocorrências de homicídios. O que indica que se o nível de instrução aumentar em um nível, por exemplo, a taxa de homicídios irá decrescer em 3,2%, o mesmo ocorre no tocante à renda domiciliar, pois a elevação em 1% da renda diminui em 3% a taxa de homicídio.

No decorrer desse trabalho observamos que a realidade local encontrada nos municípios pesquisados, não difere do padrão nacional, em relação, por exemplo, ao meio mais empregado nas ocorrências de homicídios, a arma de fogo, tendo em Sarandi, Piçandu e Maringá com 74%, 77% e 87% respectivamente, assim como no restante do país que computa cerca de 70 a 80%.

Outro fator de identidade com os dados nacionais são as características das vítimas de homicídio em relação ao sexo e faixa etária. Os homens com idade entre 18 a 29 anos são os mais vitimados (OMS, 2000). Realidade essa que foi constatada nos materiais pesquisados durante o trabalho de campo, que apontou o perfil das vítimas, sobretudo, o sexo, a faixa etária, a arma mais utilizada, local de moradia e local de ocorrência do homicídio.

O elemento mais importante se refere a identificação do local de ocorrência do homicídio, pois este nos possibilitou a espacialização nos territórios pesquisados, ou seja, conseguimos realizar um mapeamento dos locais no território municipal onde foram cometidos os homicídios, bem como a comparação e a interferência que a organização do território desempenha na maior ou menor concentração dessas ocorrências. Nesta perspectiva, a organização social, política e econômica do território são fatores determinantes em uma dada comunidade, principalmente, nas regiões que têm alto grau de integração, como é o caso de Maringá, Sarandi e Piçandu.

Deste modo, o atrelamento das características, da organização e do planejamento do território devem ser observados e avaliados pelas gestões públicas ao elaborarem ações na tentativa de diminuição das muitas modalidades de violência. A falta de conhecimento destes territórios levam as gestões públicas a fomentarem políticas imediatistas e de curto prazo não exercendo o papel primordial das políticas setoriais de segurança pública de guardar e proteger a sociedade, o que nos leva a concluir que os programas e projetos implementados sem vínculos estreitos com as características dos territórios obterão êxito parcial ou, ainda, não alcançarão os objetivos propostos.

Faz-se necessário que as ações do Estado sejam pensadas a partir do entendimento das características sociais dos territórios, pois, uma vez que as políticas de segurança pública estejam diretamente vinculadas às políticas de planejamento urbano expressas no Estatuto das Cidades, sobretudo, nos instrumentos de gestão dos municípios, tais como os Planos Diretores Municipais, pressupomos que os resultados serão mais eficazes para a diminuição da violência. Para além dos instrumentos de gestão é crucial que haja a integração das políticas de segurança com as demais políticas públicas estabelecendo uma rede de gestão e planejamento integrado que não somente vise o caráter repressivo e punitivo, mas sim a prevenção e, ainda, o acompanhamento dos problemas sociais mais eminentes como a expressão mais bem acabada da violência urbana, a saber, os homicídios.

Assim, espera-se que essas ações pensadas conjuntamente entre as esferas municipal, estadual e federal revertam essa lógica tão perversa, pelo fato de que a violência urbana está remodelando, inclusive a maneira das pessoas se relacionarem. Se outrora os laços de solidariedade eram os que determinavam as relações sociais, na atualidade ela é operada pelo uso da força física e coerção que, por sua vez, chega a anunciar um novo modo de sociabilidade, denominada, como vimos de “sociabilidade violenta”. Esta está sendo forjada na sociedade atual, principalmente nas áreas metropolitanas e seus entornos próximos, que desde sua gênese são constituídos por territórios altamente segregados, os quais tendem a apresentar problemas sociais e urbanísticos de toda ordem e,

ainda, as maiores taxas de homicídio, essa expressão tão aguda da organização social que tão fortemente atinge a toda a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sérgio. **O monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea**. 2002. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down078.pdf>>. Acesso em: 08 de agosto de 2011.
- ADORNO, Sérgio. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. In: **Novos Estudos CEBRAP**, n.43, nov. 1995, p.45-63. São Paulo.
- ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 4, n°8, jul/dez 2002, p.84-135.
- ALVES, Glória. Anúnciação. A mobilidade/imobilidade na produção do espaço metropolitano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri.(et. al.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.
- ANDRADE, Luciana T. & ARAÚJO, Flávio H. M. **INCT/CNPq-Termo de Referência: Organização social do território e criminalidade violenta, 2009-2011**.
- ANDRADE, Luciana T. MARINHO, Marco Antônio Couto. Explorando as relações entre metrópole, juventude e homicídio. Revista eletrônica e- metrópoles, n° 05, Ano 2. Junho de 2011, p. 13 – 21.
- CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34 / Edusp, 2000.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Estatuto da cidade**: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Coordenação de Publicações, Brasília, 2001.
- CANO, Ignácio; SANTOS, Nilton. **Violência letal, renda e desigualdade no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- MISSE, Michel. **Crime urbano, sociabilidade violenta e ordem legítima**. Comentários sobre as hipóteses de Machado da Silva. Disponível em: <www.necvu.org>. Acesso em: 18 de abril de 2012.
- NOGUEIRA, Fábio Esteves. Modelos de Regressão multivariada. Imprensa, São Paulo, 2007. Disponível in <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/45/45133/tde-25062007-163150/pt-br.php>. Acesso dia 05 de janeiro de 2013.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES/CNPQ/INCT.TR **Organização Social do Território e criminalidade Violenta**. Rio de Janeiro, 2008-2011.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Informe mundial sobre a violência e a saúde** (Resumo). Washington, DC: OMS, 2002.
- RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz org. **Hierarquização e Identificação dos Espaços Urbanos**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2009.
- RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz. **Segregação residencial e Políticas Públicas: análise do espaço social na gestão do território**. 2003.
- RODRIGUES, Ana Lúcia. **A Pobreza mora ao lado: segregação sócio-espacial na região metropolitana de Maringá**. PUC/SP, Brasil, 2004.
- RODRIGUES, Ana Lúcia & ACORSI, Clédina R. Lonardon. Tipologia Sócio-Ocupacional da Região Metropolitana de Maringá 2010, in Relatório Final INCT/CNPq-Observatório das Metrópoles, 2013.

RODRIGUES, Ana Lúcia; ROMANO, Celso Nicola. **Organização Social do Território e Criminalidade Violenta na Região Metropolitana de Maringá**. Observatório das Metrôpoles, 2011.

SANTOS, João Vicente Tavares dos. **A agonia da vida: mortes violentas entre a juventude do país do futuro**. In Homicídios no Brasil/ Marcus Vinícius Gonçalves da Cruz, Eduardo Cerqueira Batitucci (organizadores). – Rio de Janeiro: Editora FGV,

_____. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da modernidade tardia. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 3.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Não Matarás: desenvolvimento, desigualdade e homicídios**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SILVA, L. A. M. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, v. 19, n. 1, p. 53-84, 2004.

SILVA, L. A. M. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. **Revista de Sociologia e Política**, n. 13: 115-124, nov. 1999.

SOUZA, Robson Sávio Reis. **Políticas públicas e violência**. In Democracia Viva n° 33, 2006. <http://www.ibase.br/userimages/dv33_artigo3.pdf>. Acesso em: 05 de agosto de 2010.

WASELFISZ, J.J. Mapa da Violência 2011. **Os Jovens do Brasil**. Brasília, Ministério da Justiça, Instituto Sangari, 2011.

Outras fontes:

BRASIL. Secretaria Estadual de Segurança Pública. Disponível em: <www.pr.gov.br/sesp>. Acesso em: 09 de agosto de 2011.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia. <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2012.

BRASIL. Sistema de Informação do Sistema Único de Saúde. DATASUS Morte por causas externas. Disponível em: <www.datasus.gov.br>. Acesso em: 29 de março de 2012.

BRASIL. Secretaria de Segurança do Paraná <www.seguranca.pr.gov.br>. Acesso em: 09 de agosto de 2010.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Disponível em: <www.portal.mj.gov.br/senasp>. Acesso em: 6 de março de 2012.

BRASIL. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social <www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 06 de março de 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 2013. Disponível in http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf. Acesso dia 01 de fevereiro de 2011.

PLHIS. Plano Local de Habitação de Interesse Social do município de Sarandi. Observatório das Metrôpoles, Núcleo RMM. Julho de 2008. Disponível in http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/ETAPA_1-PROPOSTA_METODOLOGICA_E_REL_DE_ATIVIDADES.pdf. Acesso dia 10 de março de 2011.

PLHIS. Plano Local de Habitação de Interesse Social do município de Paçandu. Observatório das Metrôpoles, Núcleo RMM. Julho de 2008. Disponível in

[http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/ETAPA_1-PROPOSTA METODOLOGICA E REL DE ATIVIDADES.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/ETAPA_1-PROPOSTA_METODOLOGICA_E_REL_DE_ATIVIDADES.pdf). Acesso dia 10 de março de 2011.

PLHIS. Plano Local de Habitação de Interesse Social do município de Maringá. RZS Consultoria e Planejamento LTDA. Novembro de 2010. Disponível in <http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/9d672a333a21.pdf>. Acesso dia 10 de março de 2011.